



Pedagogía del conflicto: Brasil, un país de conflictos velados

Ana Cristina Machado de Oliveira

ADVERTIMENT. La consulta d'aquesta tesi queda condicionada a l'acceptació de les següents condicions d'ús: La difusió d'aquesta tesi per mitjà del servei TDX (www.tdx.cat) ha estat autoritzada pels titulars dels drets de propietat intel·lectual únicament per a usos privats emmarcats en activitats d'investigació i docència. No s'autoritza la seva reproducció amb finalitats de lucre ni la seva difusió i posada a disposició des d'un lloc aliè al servei TDX. No s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant al resum de presentació de la tesi com als seus continguts. En la utilització o cita de parts de la tesi és obligat indicar el nom de la persona autora.

ADVERTENCIA. La consulta de esta tesis queda condicionada a la aceptación de las siguientes condiciones de uso: La difusión de esta tesis por medio del servicio TDR (www.tdx.cat) ha sido autorizada por los titulares de los derechos de propiedad intelectual únicamente para usos privados enmarcados en actividades de investigación y docencia. No se autoriza su reproducción con finalidades de lucro ni su difusión y puesta a disposición desde un sitio ajeno al servicio TDR. No se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al resumen de presentación de la tesis como a sus contenidos. En la utilización o cita de partes de la tesis es obligado indicar el nombre de la persona autora.

WARNING. On having consulted this thesis you're accepting the following use conditions: Spreading this thesis by the TDX (www.tdx.cat) service has been authorized by the titular of the intellectual property rights only for private uses placed in investigation and teaching activities. Reproduction with lucrative aims is not authorized neither its spreading and availability from a site foreign to the TDX service. Introducing its content in a window or frame foreign to the TDX service is not authorized (framing). This rights affect to the presentation summary of the thesis as well as to its contents. In the using or citation of parts of the thesis it's obliged to indicate the name of the author.

UNIVERSIDAD DE BARCELONA
FACULTAD DE PEDAGOGÍA - DEPARTAMENTO DE TEORÍA E
HISTORIA DE LA EDUCACIÓN

Doctorado en Educación y Democracia

BIENIO
2006-2008

PEDAGOGÍA DEL CONFLICTO:
Brasil, un país de conflictos velados

Ana Cristina Machado de Oliveira

Dirección: Conrad Vilanou Torrano

Barcelona, España
2012

CAP II

CONFLITO E EDUCAÇÃO

*Eduquem as crianças de hoje e não será
preciso castigar os homens de amanhã
(Pitágoras).*

É importante que as sociedades humanas se direcionem para mudanças profundas em sua forma de ser, no seu estilo de vida, nas suas atitudes e na sua ética e valores morais voltados no sentido da edificação de um mundo histórico, cultural e humano rodeados de crescimento mútuo, entendimento sobre a Vida e sobre o papel de cada um na sociedade em permanente construção. Conseqüentemente, o desenvolvimento histórico atua nas gerações posteriores que seguem, naturalmente, essa dinâmica.

Estudar a educação nesse contexto significa observar o próprio contexto social vigente em cada época e os acontecimentos sociais, econômicos e políticos que ali ocorrem. Paulo Freire nos lembra que a educação é um ato político, um ato de cidadania em que os indivíduos têm a possibilidade de assimilar e apreender tais acontecimentos. O que podemos perceber com isso, é a produção da educação em diversos meios que a sociedade nos sugere. Significa dizer que a educação não é neutra; ela foi e está verossímil a tais acontecimentos.

Antonio Nóvoa diz que hoje temos, como nunca tivemos, a consciência de que mais que criatura, somos criadores da história (apud ARANHA, 2006b). Ou seja, ao participarmos ativamente ou não dos processos estabelecidos no seio das sociedades, estamos deixando um pouco de nós e levando um pouco de outras pessoas diferentes ou parecidas conosco. É quando nossas ações, atitudes e pensamentos (ao vibrarmos de forma positiva ou não) faz parte do coletivo e nele reflete nossa forma de agir e viver no mundo. O resultado é o que somos e a cultura na qual fazemos parte.

Neste sentido, podemos associar que dentre as causas que levam os indivíduos a agirem, muitas vezes, de forma imatura psicológica, moral e espiritualmente; alienados, perversos, tristes consigo e para com os outros nesse mesmo mundo são causas sociais, econômicas, políticas e culturais que estão além de suas questões internas sobre si mesmos. E as consequências destas ações, quase sempre, é um mundo vazio, imoral, a-político, imerso na inconfiabilidade de *ser*, pois não consegue se *ver*. O que repercute, direta ou indiretamente, a toda a sociedade em que se vive.

É quando acreditamos que a educação é o caminho mais indicado para que tais questões assumam outra forma, pois, como já colocamos, não é um processo neutro e faz parte dos movimentos históricos de cada sociedade e, conseqüentemente, de seus indivíduos. Todos nós nos educamos todos os dias. De uma forma ou outra estamos em contato com a teia de conhecimentos cotidianos que embasam nosso viver e que nos proporciona entendimento do mundo que gira ao redor de nós mesmos, estando nas carteiras escolares ou não.

Sabemos que a educação é a passagem de valores e costumes de uma geração para outra, pois conduz vivências, ações, confirmando que as condutas humanas precisam de enriquecimento cultural, político, social e, conseqüentemente, educacional de um espaço local ou global. Isso por que

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações (BRANDÃO, p. 7, 2007).

Educação, como nos elucida Alves (apud LIBÂNEO, 2006a, p. 55) é desinstalar. Ao educador não cabe a tarefa de reproduzir sermões prontos e acabados, ao contrário, deve despertar consciência motiva para a existência. Essa consciência motiva leva educadores e educandos a estarem permeados de ideias e reflexões acerca do mundo em todas as suas nuances. As ideias são atividades criadoras da mente que pensa e aciona a inteligência aquilo que

ainda não existe que, implícita na educação, não se resume a uma ação individual, se abre ao coletivo.

A esse ponto, podemos associar o pensamento de Saviani ao colocar que:

O objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas de atingir esse objetivo (SAVIANI, 2008c, p.13).

Em consequência, educar é um movimento complexo e, muitas vezes, difícil. Isso porque tanto os fatores internos do processo educacional (maior diversidade entre o alunado, choque de valores em e entre os diferentes setores da comunidade educacional, expansão das teorias tecnocráticas, mais conflitos, novas e maiores exigências, etc.)¹ quanto os externos (diversidade social e cultural, perda do valor da educação em amplas camadas da sociedade, relativismo niilista, perda de valores, consumismo, aumento da exclusão social, insegurança urbana, precarização do trabalho e incerteza social)² provocam uma sensação de impotência nos educadores em geral e, conseqüentemente, uma desilusão ao próprio processo educacional.

Tais fatores geram, muitas vezes, angústia, agressividade, intolerância nos envolvidos no processo e fora dele o que se poderia chamar de crise coletiva, uma vez que a própria crise pode ser entendida como uma situação de conflito. E, para que essa crise se supere, é necessário que um ajuste na concepção de educação ocorra, a fim de que ela própria possa acontecer de forma efetiva e comum a todos, não privilegiando classes ou grupos, e onde o sistema educacional cumpra seu papel de forma efetiva abrindo forças às rotinas e burocracias impostas pelo sistema educacional seja ele formal, não formal ou informal de maneira a reforçar a tese de que a educação é coletiva.

¹ Jares (2002a) nos fala da compreensão e da paixão que devemos ter ao nos depararmos com situações como essas e que, resignação e indiferença, não são, diante das dificuldades, positivas.

² Id.

O sistema se coloca a serviço de quem o elabora, o organiza. Na educação não é diferente. Muitas são as concepções pedagógicas e os modelos de educação que existem. No entanto, vamos nos apropriar da distinção feita por Libâneo quanto à questão da modalidade de ensino dentro do sistema educacional. Para o professor, a educação apresenta duas distintas modalidades: (1) a **educação não-intencional** (educação informal ou paralela) e; (2) a **educação intencional** (educação não-formal e educação formal) (LIBÂNEO, 2001).

Segundo o autor, a educação não intencional é uma:

Conseqüência da complexificação da vida social e cultural, da modernização das instituições, do progresso técnico científico, da necessidade de cada vez maior número de pessoas participarem das decisões que envolvem a coletividade (...). É um modo não-sistemático, não intencional de educar. Por exemplo: as práticas de criar um filho, de informar sobre os acontecimentos culturais de uma cidade, as leis, a organização social, porém eles não podem ser considerados como um processo educativo intencionais (Libâneo, 2001, p. 87).

A educação intencional, por sua vez, implica objetivos sociopolíticos explícitos, conteúdos, métodos, lugares e condições específicas de educação, no sentido de tornar possível a participação consciente, ativa e crítica dos indivíduos na vida social em que vivem (Libâneo, 2001, p. 87-88). Nela, a *educação formal* é estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Onde haja ensino (escolar ou não) há educação formal. Assim, as atividades educativas formais como a educação de adultos, a educação sindical, a educação profissional que mantenham uma base pedagógico-didático, ainda que realizadas fora da escola, é educação formal (Libâneo, 2001, p. 89). Apresenta objetivos claros e específicos no sentido de socializar o indivíduo dentro das normas da sociedade onde as paredes da escola e da universidade geralmente a representam.

Na educação não formal, Libâneo (2001, p. 89) nos indica que ela apresenta atividades intencionais com baixo grau de estruturação e sistematização e que implica relações pedagógicas não formalizadas. Ela apreende o processo de aprendizado que ocorre nas bases de participação social e de ações coletivas, designando um processo de aprendizagem de conteúdos não escolares que poderá acontecer em espaços associativos, movimentos sociais ou em ONG's tendo, aquele que irá conduzir os trabalhos, uma dinâmica de trabalho em que haja o espaço para o diálogo aberto e constante além do crescimento mútuo no processo de ensino-aprendizado.

A educação não formal está sempre procurando o equilíbrio entre a anarquia e a ordem, na qual suas atividades podem ampliar não só os pequenos grupos como também a toda a comunidade sem determinação de idades e que, muitas vezes, as instituições não formais exigem uma estrutura interna muito bem organizada principalmente por trabalhar com atividades variadas e com diferentes tipos de público (BAR, 2002, p.4).

Em consequência, as atividades presentes na educação não formal apresentam ações e objetivos específicos e é aberta a todas as faixas etárias alcançando, além, aqueles que não têm acesso ao mundo das palavras. Isso porquê, em seu campo de atuação, são utilizados passeios, estudos de grupo, teatro, artes, esporte, lazer, acampamentos, jogos, ou seja, tudo aquilo que foge aos padrões tradicionais de ensino. Sua estrutura, como órgão, não tem uma centralização unificada e institucionalizada que determina currículos e a fiscaliza. Ela é, de certa forma, autônoma e procura não se deixar monopolizar por grupos institucionais estando, geralmente, identificadas cultural e ideologicamente com suas comunidades de origem.

Diante desta breve análise sobre as modalidades de ensino na educação, se torna importante lembrar que:

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante (BRANDÃO, 2007, p 9).

É com sentidos voltados a esta provocação que nos apropriamos do pensamento de Cyntia Veiga (2007) ao questionar por que e de que forma a escola se colocou no papel de concentrar e criar normas sobre os procedimentos para a forma de produção e assimilação do conhecimento, além da própria socialização das gerações, deturpando outros modelos de aprendizagem. Para a autora, uma das respostas a esse fato instaurado é a própria constituição histórica da educação e da escola através da elaboração de estratégias materiais e discursivas que reinventam os modos sociais de determinada época. Assim, se configura o quadro político e cultural de determinados grupos o que gera conflitos nos grupos humanos de forma a expressar contestações de etnia e de gênero, de classes sociais e de gerações.

Tais conflitos podem não apresentar as mesmas características, ou seja, nem todos são da mesma natureza. Devido a esse fato, é preciso uma análise racional de seu estado que nos leva a buscar o que nos referimos no capítulo I: **é na educação que encontramos a base** para que o conflito se torne um ato educativo e **na Pedagogia as estratégias** que serão capazes de assumir essa ideia.

Por isso mesmo que a escola não deve ser entendida como o único canal ou campo para que a educação, e em consequência a Pedagogia, ocorram. Pois a educação, em suas diversas modalidades e em seus diversos campos, pode *ajudar a nos tornarmos melhores, se não mais felizes, e nos ensinar a assumir a parte prosaica e viver a parte poética de nossas vida* (MORIN, 2006, p. 11). Isso nos faz perceber que não se pode pensar a educação sem uma base educacional consistente, firme em que sejam estabelecidas estratégias de ensino voltadas ao aprendizado holístico e não, somente, determinista. Vivemos um período em que devemos resgatar o compromisso da família para com os seus e dar a escola o seu papel: o de transmitir o conhecimento

técnico-científico, político, social e educacional, perpassando pela ética e pela moral que já devem estar internalizadas pela e na família aos indivíduos, mesmo sabendo-se que isso nem sempre é possível, tão pouco ocorre.

Assim, viemos confirmar que o próprio desenvolvimento das sociedades levou a escola e seus técnicos a este papel. Afinal, muitas vezes, um determinado jogo político e econômico é estabelecido ao seu entorno e leva os indivíduos a assimilar ideias e ideologias. Não significa que os educadores possam ver tais movimentos e não se coloquem numa postura diferente, crítica e consciente sobre o seu papel de se elucidar e elucidar os membros da escola que, conseqüentemente, é e serão os indivíduos que fazem a própria história. A escola, então, tem o papel fundamental de abrir espaços para a formação de indivíduos críticos, participativos e atuantes sobre as questões que envolvem a sociedade, sua vida; constituição de seu estado de direitos, com mentalidades e identidades individuais e coletivas.

Diante deste quadro, percebemos que a educação formal, não formal e informal apresenta, em si, o mesmo valor: o de provocar nos indivíduos a consciência sobre si mesmo e o todo que envolve a sociedade e os sujeitos que nela vivem de maneira a proporcionar o entendimento sobre os fatos e sobre as lacunas que são provocados pelo sistema que gira ao redor dela ao produzir dominação e exploração.

Neste sentido, cabe à educação ser o ponto de apoio para que os indivíduos, seja em qual espaço for e de maneira aberta, possam encarar a realidade presente no seu dia-a-dia os levando ao movimento da democracia, aos próprios pilares pedagógicos aqui estabelecidos para as situações de conflito. E lembremos que a educação nos leva ao movimento do universo em sua forma material e simbólica de apresentar-se em si mesmo, já que os indivíduos estão envolvidos por uma rede de significados socioculturais que foram constituídos historicamente e estabelecidos em sua maneira de cultivar o conhecimento e a própria vida. O resultado é um mundo que produz novos sentidos e significados em cada novo ciclo, tempo e espaço, numa permanente mudança sociocultural.

É quando as significações que os sujeitos fazem de si mesmo podem levá-los a uma compreensão maior de mundo e, conseqüentemente, de determinadas situações. Para Dewey, é a educação que permitirá o alargamento das competências e habilidades de sujeitos participativos e criativos, além de estabilizar as noções do ambiente social e as capacidades de cada pessoa, de forma que as relações sociedade e indivíduo sejam amparadas saudavelmente e não por atos egoísticos tão pouco por posições totalitárias do próprio movimento da sociedade (DEWEY, 1956).

Isso porque o educador precisa ter uma visão político-pedagógica de grande juízo social para compreender que a educação em si é dependente da política, mas não a ela subordinada como bem nos coloca Aranha (2006). O educador precisa perceber a ação política que circula no local que está inserido, a fim de não se submeter a um sistema de ideias único, onde a liberdade e a autonomia de *ser* no mundo transcendam o *crer* e o *obedecer*, a fim de que possa ser livre, instruído, capaz de enfrentar, de forma sensata e justa, os condicionamentos sociais pré-estabelecidos na própria sociedade. Neste sentido, Gadotti (2005) assenta que os professores - entende-se aqui educador, de maneira fundamental, devem se apropriar do seu discurso, de sua palavra, que é seu mote, para dar respostas ou tentar responder aos problemas que a sociedade coloca, sendo exemplo aos indivíduos ao seu redor.

Assim sendo, educar para o conflito enquanto ato educativo significa apreender que é possível a convivência com os diferentes e com a adversidade social. Em que a busca de um olhar crítico sobre o *si* mesmo faz com que os envolvidos num processo conflitivo possam se deparar com várias visões e experiências diversas e que podem fazer parte do seu *eu*. Para tanto, é importante que o conflito enquanto ato educativo esteja amparado num espectro sócio-crítico dos indivíduos e que tenha, no corpo da educação em si mesma, o desenvolvimento integral destes de forma a levá-los à autonomia e à liberdade com base no diálogo e na conscientização sobre seu estado social sadio com outros indivíduos e que poderá acontecer de forma aberta e verdadeira através da edificação da alteridade.

Assim sendo, em situações de conflito que há positividade entre os indivíduos, nasce um canal aberto às discussões sadias e concretas, longe de fatos aleatórios que possam desconcentrar o foco do processo conflitivo positivado. Esse canal estruturado leva à situação de conflito positivada o respeito, a compreensão e a tolerância entre eles com vistas à paz.

2.1 O CONSTRUTIVO CONFLITO QUE BROTA EM NÓS

Diante do processo educacional que nos leva a apreender o conflito enquanto ato educativo é possível perceber que os indivíduos podem se colocar abertos para assimilarem que não estão sós no tempo e no espaço e que seus desejos e aspirações tão pouco são únicos diante de contraditórias situações que possam atravessar, ou melhor, lidar.

As situações diárias nos levam a escolher a maneira pela qual se deseja manifestar no mundo. Não é simplesmente um “estado de espírito”, mas, sim, a busca pela maturidade que o indivíduo pode adquirir ao longo da vida e que está implícita no cotidiano, onde [...] *A possibilidade humana de existir – forma acrescida de ser - , mais do que viver, faz do homem um ser eminentemente relacional. Estando nele, pode também sair dele. Projetar-se. Discernir. Conhecer* (FREIRE, 2003, p. 10). É uma maneira de se permitir olhar ao redor e ver, abertamente, o mundo e o todo que nele gira, os opostos, as contradições, as negatividades. Olhar, sentir e viver plenamente situações adversas e delas aprender, somar e multiplicar entendimento e capacidade de compreensão sobre elas. É uma maneira de sair do conformismo, de uma “zona de conforto” que desconforta a *si* e as *suas* possibilidades de ações no e para o mundo.

Neste sentido, as relações interpessoais, em um processo conflitivo, caminham embasadas em objetividade, clareza e sinceridade. É quando a figura abaixo nos mostra o conflito e as relações interpessoais na busca por esse embasamento. Vejamos:

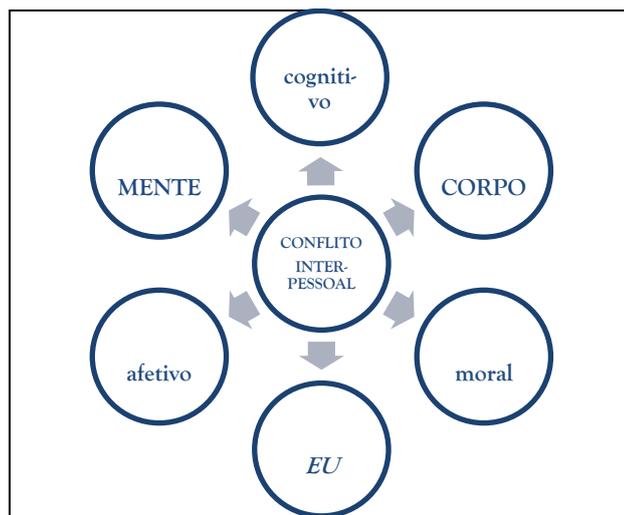


Figura 1:. Situação de conflito em união.

A Fig. 1 nos mostra que em uma situação de conflito os indivíduos podem conectar seu corpo, sua mente e seu *eu* junto ao desenvolvimento afetivo, moral e cognitivo. Significa dizer que numa roda de situações conflitivas o alinhamento entre o *ser* consigo mesmo se traduz em entendimento sobre a situação em voga traduzindo-a, conseqüentemente, em bem comum. No entanto, por sermos indivíduos, cada qual pode ter um nível de desenvolvimento maior ou menor que outro. Mas, em se tratando de o conflito enquanto ato educativo, a Pedagogia irá abarcar o encontro entre os diferentes diante de sua capacidade individual e social na busca por uma postura ética, independente da complexidade que a situação conflitiva exerça sobre ambos na busca pelo equilíbrio constante da união destes.

Estes elementos, juntos, são essências para que o conflito enquanto ato educativo ocorra, pois dentro da complexidade que é a educação cabe à ela *contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar um cidadão* (MORIN, 2006, pág. 65) que pensa e que é responsável por seus atos e atitudes no seio da sociedade, e que podem escolher, no seu livre arbítrio, o positivo ou o negativo em seus atos e atitudes.

Assim, podemos associar à Fig. 1, enquanto imagem de uma situação de conflito, alguns pontos fundamentais ao humano e que fazem parte do *ser* humano: **(i)** Universo e planeta Terra, **(ii)** Vida e ambiente natural, **(iii)** Razão e transcendência; **(iv)** Consciência e diálogo; **(v)** Conduta e trabalho; **(vi)** Informação e conhecimento e **(vii)** Ética e valores. Tais pontos acionados nas condutas dos indivíduos, podem gerar mudanças profundas na forma pela qual percebe e age no mundo e com outros indivíduos diferentes de si e de suas ações a atitudes nele, a partir de conflitos, neles ou sem eles.

Fazemos parte de um Universo infinito. A própria Ciência não tem a dimensão exata da amplitude desse Universo. Ao que tudo indica, estamos sempre em expansão cósmica e isso nos remete a refletir que somos um pequeno grão diante dessa imensidão. É quando habitamos uma mesma casa comum, a Terra, que nos acolhe e nos dá a vida sem nada pedir em troca. Dela nos nutrimos, respiramos. E nossa vida depende, exclusivamente, daquilo que dela podemos usufruir em seus recursos naturais, hídricos e fósseis. Não podemos esquecer, então, que devemos manter harmonia e respeito com a Terra, com seus elementos. A Terra nos dá nosso alimento, sustenta nossa vida e nosso andar; dá-nos forças e energias necessárias para aqui mantermos nossos pés fincados; nossa coluna dorsal erguida; nossa cabeça na vertical voltada ao “ponto de saída” individual e que será, um dia, o “ponto de chegada” comum, pois a evolução é nossa.

No entanto, a razão, quando se estabeleceu de maneira a dominar a natureza, nos afastou da possibilidade de manter equilíbrio com o meio ambiente e hoje, mais do que nunca, necessitamos da mesma razão para assimilarmos que é preciso respeitar e cuidar de maneira crítica do nosso Planeta. Com isso, poderemos transcender a ideia de que os recursos naturais são infinitos e de que não podemos ampliar as formas de adequar o atual sistema econômico a uma forma de viver menos agressiva à nossa casa comum.

Portanto, á através de um diálogo profícuo e de uma consciência não mais alienante acerca do todo que envolve as questões sociais, ambientais, políticas das sociedades que poderemos enfrentar possíveis conflitos de maneira clara e

objetiva, sem mascará-los ou engessá-los. A conduta que teremos diante disso é o que irá diferenciar as posturas de uns e outros, pois não podemos esquecer que o homem se diferencia dos outros animais pela racionalidade que tem, transformando suas atitudes em algo que constrói coisas de bem comum, a si mesmo e aos *outros*. É quando devemos entender a relação que existe entre o *ser humano* enquanto substantivo e o *ser humano* enquanto verbo.

E é na tarefa do trabalho que posso associar tal relação, uma vez que a forma pela qual edifico meu trabalho interage ou não com a ação que nele exerço. Existem trabalhos dignos, de alto valor para a humanidade; outros levam a ganância, a dor. No início das sociedades, o homem trabalhava para o seu sustento e daqueles que estavam no seu grupo. O tempo chegou que o trabalho humano enriquece uns, empobrece outros e devasta o meio em que se vive. A isso, então, devemos nos perguntar “*o que sou*” ao invés de “*quem sou*”³

O trabalho edifica o homem. Faz dele um ser completo, sadio. Pode levar ao *outro* e a si mesmo o fruto diário de seus afazeres seja em qual área for e que contribui para o adiantamento social do espaço em que vive. É a maneira mais nobre de sermos um terreno fértil onde as sementes jogadas possam brotar e florir em perseverança, em respeito, em harmonia e entendimento de uns para com os outros. Jesus, Mestre que nos abençoou com Sua Vinda, já nos alertava que não devíamos ser um terreno estéril ou figueiras que não dão frutos, pois corríamos o risco de termos arrependimentos, depressão, angústia, desencontros, enfermidades, infelicidades que podem queimar com seu fogo ardente dentro de nós. Entendemos que, mais cedo ou mais tarde, podemos vir a encontrar esse terreno e essa figueira. No entanto, é a conduta do bem em nós que reflete ao bem no *outro* nos fazendo férteis e provedores de bons frutos que irá abrandar esse fogo.

³ Entendemos que *o que sou* denota a compreensão do indivíduo às suas reais ações e atitudes no mundo, com suas tarefas e responsabilidades (o *eu* interno do indivíduo fala). Por outro lado, *quem sou* é a procura de algo exterior ao ele que é preciso ser mostrado à sociedade em que vive enquanto espécie humana (o *ego* do indivíduo fala).

É quando nos lembramos da metáfora da “Árvore do Conhecimento” que faz refletir, em Vinyamata (2005, pág. 15), sobre a Sociedade do Conhecimento, nos mostra na observação de *sua copa, sob sua sombra, vários cenários possíveis sempre em construção, que delineiam novas formas de conviver nas sociedades*. Ou seja, somos uma Árvore, o micro da Árvore da Vida que se traduz na Árvore do Conhecimento que irá se desenvolver através da capacidade que tivermos, no mais profundo em nós, de ouvir, aquietar a mente e colocar em nosso interno as sementes dos ensinamentos que nos chegam todos os dias para que possa, em nós, fecundar, incubar, gerar e regenerar. Isso depende da forma como assimilarmos os conhecimentos que nos chegam, de senti-los, de transformá-los em ações e atitudes de bem comum.

Em situações de conflito, a ética e os valores estabelecidos em mim se faz importante na concepção positiva do conflito, pois trabalhar os valores em contrapartida a outros que não contribuem para a concepção acima referenciada não leva ao entrosamento dos indivíduos. Como exemplo temos a *participação face à exclusão, a cooperação face à competitividade, a comunicação face à ausência de comunicação, o riso de todos face ao riso de apenas alguns, a igualdade face a discriminação, etc* (JARES, 2002a, p. 98). É quando os valores se tornam um instrumento de trabalho para a própria educação no sentido de fazer compreender, os envolvidos num processo conflitivo, que ele tem positividade para todos.

Nesta perspectiva, podemos acreditar num futuro melhor para o campo educacional de maneira a estarmos nos apropriando do mesmo futuro próximo, onde as pessoas possam *ser* em um mundo de diálogo, reflexivo e comum a todos, já que, à educação, cabe agrupar ações, processos e estruturas que interfiram, direta ou indiretamente, no alargamento de conhecimentos aos indivíduos e grupos mediante ao ambiente natural e social em que vivem. Por isso, num processo educativo, não se pode separar a natureza do homem a sua totalidade social e cultural e, mais particularmente, o que lhe vem do seu íntimo. E isto só poderá acontecer através de uma consciência e conhecimentos claros dentro da própria educação para que a intensidade

transformadora sobre a sociedade e aquilo que gira ao redor dela chegue a todos os indivíduos.

E é na educação que conseguimos buscar subsídios de entendimento para este e outros fins já que:

Compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano (LIBÂNEO, 2001, p. 7).

Neste processo, educar, *é conduzir de um estado a outro, é modificar numa certa direção o que é suscetível de educação* diz Libâneo citado por Aranha (2006, p. 31), em que é possível nos educar de forma positiva em situações de conflito. Assim, perceber positividade no construtivo conflito que brota em nós significa percebermos a capacidade que temos de modificar as próprias percepções que temos de uma coisa ou de um fato. À medida que deixamos fluir em nós essa capacidade, começamos por admitir que o que poderia ser um transtorno, um empecilho, passa a se tornar profícuo.

O *suscetível de educação*, então, nos leva a inspirar a ideia do conflito que educa e a expirar a situação diferente, estranha a mim de um *outro* de maneira lúcida e tranquila. O construtivo conflito que brota em nós nos transforma em indivíduos melhores, em seres capazes de compreender que vivemos entre iguais e diferentes e que os conflitos é uma forma de manter certo equilíbrio entre forças opostas se bem conduzido, se bem assimilado, se bem entendido. Isso, sim, nos educa.

Permitir que o construtivo conflito brote em nós significa, também, mudar o paradigma de entendimento de que o conflito é algo negativo ou ruim. Significa brotar o equilíbrio de forças opostas como critério de mudança interna de cada um de nós; como fonte articuladora de cuidado e respeito com as posições de cada outro diferente de mim. Considerando-o como um valor genuíno em sua dimensão positiva, acionada ao fato conflitivo em si, o resultado é alguma coisa

em na paz dentro de sua própria natureza, de sua força originária. É o broto do conflito crescendo em si.

2.2 O CONSTRUTIVO CONFLITO QUE CRESCE EM SI

Crescer em si é permear o *ser* de responsabilidade diante da própria vida que vai se transformando todos os dias. De uma forma ou outra a vida toma conta de nós e, se não alcançarmos o objetivo primordial dela, crescer, nos desenvolver, não vamos absorver o que de mais belo há nela: simplesmente viver.

Ao decorrer do capítulo quando falamos que o conflito é visto como algo negativo, sinônimo de violência e agressão, nossa intenção foi mostrar que existe um consenso geral em divulgar o conflito como algo pejorativo, sem possibilidades de entendimento e ações positivas a partir dele. Agora, ao contrário, a intenção é confirmar, através dos estudos realizados para este fim, que o conflito é um ato educativo e poder ser amparado pedagogicamente para educar, pois o ato educativo, em si, emerge de:

Uma totalidade na qual afluem fatores (sociais, econômicos, psicológicos) que se constituem nas condições para o desenvolvimento individual. Condições biológicas, condições sociais, disponibilidades psicológicas são todas mediações entre o indivíduo e a sociedade (LIBÂNEO, 2007, p. 156)

Podemos unir tais fatores e condições ao movimento do indivíduo a uma trina dimensão já apresentada - espírito, mente e corpo – que percorre o contemplar, o obrar e o fazer (HOYOS GUEVARA, 2007), ou seja, a reflexão, a intenção e a ação. Para o autor, essa trina dimensão irá se transformar em cultura ou Humanismo quando

O fazer, desenvolvido pela técnica ou arte, subordine-se à atividade do obrar moral da vontade livre; e este se subordine à atividade espiritual do entendimento especulativo, por onde o homem se apodera do bem como verdade (HOYOS GUEVARA, 2007, p. 165).

Deste modo, o ato conflitivo em si tende a levar em consideração, conscientemente ou não, esta trina dimensão a fim de significar, cada vez mais, estar alinhado ao resultado de estabelecimento da positividade, em que a união ganhe forças de assimilação e colheita de bons frutos para todos os envolvidos no processo de conflito em questão.

Ao dissertarmos sobre o conflito que brota em nós, nos referimos ao nascer do conflito como edificante em nosso interno. Ao vermos a possibilidade dele crescer em si diante desta perspectiva queremos indicar uma nova maneira de ver a vida em suas situações mais plenas por meio da educação. Em conscientização sobre a realidade que a permeia, através de modos próprios de pensar o mundo e suas questões. Em dialogicidade, a capacidade de expor aquilo que pensa, que acredita, que não aceita. E, nos pilares pedagógicos da autonomia, da liberdade e da alteridade pensar em si mesmo e nas relações que venha a construir com os outros em um mesmo mundo.

Já nos referimos que o conflito faz parte da natureza humana e que ele permeia as sociedades. Ele é rodeado de interesses e necessidades que o motiva em todas as situações que ele participa. É a forma pela qual ele se desenvolve, cresce; e muitos são os fatores pelos quais ele se manifesta ou se mantém. E a forma pela qual vamos percebê-lo, se, positivada ou negativada, só depende de nós e da mudança interna que podemos provocar em nós ou, até, ser provocada por um elemento exterior.

A educação, neste sentido, vem estabelecer o hiato que possa existir entre a mudança interna do indivíduo e sua abertura a ela. Até porque neste hiato conflitos podem ocorrer dentro dele e se expandir para fora dele. É quando o externo e o interno se confundem e precisam ser assimilados por esse indivíduo na sua contemplação do que é seu ou não.

Até porque, os conflitos têm sua origem nas diferenças de valores, estruturas sociais ou econômicas, definições de tempo, papéis, relações, dinheiro ou informações seja pela falta delas, por suas interpretações ou método de avaliação (MALDONADO, 2008, p. 19). A educação, nesse sentido, se volta ao

desafio de acolher tais diferenças em seus determinados espaços a fim de proporcionar o ato que educa diante destas possíveis situações.

A isso, não podemos deixar de mencionar sobre a importância da comunicação no processo conflitivo. É nela que, muitas vezes, se formam equívocos, ambiguidades ou acusações (MUSZKAT, 2005) falhas e distorções (MALDONADO, 2008). Estes refletem na emissão e na recepção de estímulos dos indivíduos envolvidos neste processo, estando diretamente relacionados com a construção que fazem deles e que são advindos de suas experiências. Isso acontece porque a comunicação e a emoção apresentam uma intrínseca relação em que a emoção demarca, reduz ou alarga a intuição do comunicador em sua expressão e a captação do receptor (SAMAPIO, 2007) e que tem como resultado a não fluidez do fluxo dialógico no âmago do processo conflitivo. É o momento, então, de racionalizar os estados de conflito através da educação, pois o construtivo conflito que cresce em si, necessita, de uma possível explosão de emoções, da razão para superá-las.

Podemos aproximá-la, de maneira sucinta, ao que Habermas chama de racionalidade comunicativa. Nela, os indivíduos podem se expor, se apresentar, dialogar, ouvir de forma sensata e sem coação uns aos outros. No entanto, é uma racionalidade que ainda não foi explorada, ou melhor, instaurada nas sociedades modernas. Segundo Habermas, a racionalidade comunicativa apresenta conotações qual, em concluídos os interesses, podem remontar na busca de concordâncias sem coações. Em acordo com Habermas, citado por Gomes (2007, p. 78), acreditamos que, ao conflito que educa, a base é uma:

Fala argumentativa em que os diversos participantes superam a subjetividade inicial de seus respectivos pontos de vista e, graças a um conjunto de convicções racionalmente motivado, se asseguram, por sua vez, de uma unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade do contexto em que desenvolvem suas vidas.

Ao contrário dessa percepção, Habermas entende que é no centro da sociedade que existe uma sucessão de negociações. Tais negociações

ocorrem por meio da comunicação entre atores sociais que, muitas vezes, não acontece de maneira liberta, independente de interesses individuais ou de grupos específicos. Como resultado, não há trocas de ideias e ações, sendo válido os argumentos técnicos que outros não dominam com o intuito de fazer valer interesses próprios, porém, de maneira oculta (SAITO, 2001).

Oculto que podemos associar ao que Paulo Freire chama de [...] *verticalmente do homem sobre o homem* [...] quando está *sem voz e sem ação*, em consequência, *mudo no processo. Mudo e quieto diante de uns tantos que, só eles, podem e sabem falar. Mudo e quieto, recebendo as coisas dos que, só eles, sabem pensar e fazer* (FREIRE, 2003, p. 14). O resultado são conflitos dos homens que demandam o processo e daqueles homens que o recebem. E a maneira pela qual ele será estabelecido, não pode ser mensurada, contudo, podemos acreditar que esses fatores, juntos, podem resultar num conflito que seja construtivo.

Diante desse todo, não podemos nos esquecer que o conflito gera mudanças. Mudanças nos grupos sociais, comerciais, familiares, comunitários, internacionais e, principalmente, individuais. *Quando algo ou alguém intervém em um sistema, que pode ser desde um indivíduo até uma sociedade completa, surge uma mudança e em consequência dela algum tipo de conflito* (SAMPAIO, 2007, p. 27). E mudar, ou melhor, desejar a mudança nem sempre é uma atitude fácil, flexível. Para Sampaio (2007) muitos são os elementos envolvidos em uma mudança: relacionamentos interpessoais, princípios, valores, poder, em seus diferentes sentidos, crenças políticas, religiosas, científicas, bens patrimoniais, bens de direito ou pessoais; assim como seus tipos: parcial, gradativa ou paradigmática.

Tal rede de mudanças resulta em comportamentos éticos ou não. Na assimilação dessa rede, o indivíduo se depara com sua complexidade e, muitas vezes, faz uso de atitudes não positivas e se expõe ao negativo do ato conflitivo que possa estar em voga. Como percebemos o processo de mudança é difícil, penoso em certos casos. O indivíduo não consegue entender porque é

preciso mudar em uma situação ou questão específica. E, ainda, é preciso levar em consideração que muitos conflitos não são manifestos, são velados e não compreendidos entre os envolvidos nele.

Conflitos que permanecem desta forma, consciente ou inconscientemente, tendem amontoar ao redor do indivíduo ressentimentos, mágoas, ganância, poder de uns sobre os outros. No entanto, a possibilidade de encará-lo, de compreendê-lo e assimilá-lo como educativo diante de uma situação exposta agora ou ontem, leva os indivíduos, no crescimento do conflito em si, à oportunidade de administrar as possíveis diferenças que existem entre eles, onde a consciência sobre o fato instaurado e o diálogo sobre ele transforma a situação no ato educativo e o resultado são indivíduos que conhecem o respeito e a tolerância para com o *outro* e para consigo mesmo, além de permitir em si, um estado melhor de colocar e ver o mundo e aquela situação antiga ou presente.

Queremos ressaltar, diante disso, que o conflito não é para ser “enfrentado”, não devemos “enfrentar” o conflito. Enfrentar algo, alguma coisa ou alguém, significa defrontar, atacar. O enfrentamento de um conflito pode vir a pressupor, acreditamos, violência ou agressão. Ao contrário deste sentido, o conflito deve ser compreendido, assimilado como um fator construtivo que vai crescendo no indivíduo como em ações educativas.

Acreditamos que esse seja um dos principais pontos de entendimento para que o conflito edifique bons sentimentos e ações entre os indivíduos. Compreender essa proposta nos dá a conotação de abrangência; de que o ato da compreensão tome lugar ao de enfrentamento. O indivíduo que conseguir assimilar essa via dupla chegará, com certeza, a capacidade de mudança interna.

E, a seção que segue, pretende elucidar o conflito enquanto ato educativo que pode ser a base para que seu entendimento educacional, enquanto edificante de entendimento e harmonia, aconteça em todos os âmbitos sociais e pessoais.

2.3 CONFLITO ENQUANTO ATO EDUCATIVO

No que entendemos que o construtivo conflito pode vir a brotar e crescer em nós, nos amadurece ainda mais a ideia de que a positividade no conflito que educa está justamente em assimilarmos esse todo que agora refletimos. Isso é educar, se educar e olhar a possibilidade da educação no *outro* e para o *outro*, pois a vastidão do campo educativo é, muitas vezes, complexa. Ela percorre várias áreas do saber em suas mais diversas formas ou modalidades, como acentua Libâneo (2001): na família, na escola, nas ruas, nas fábricas, nos meios de comunicação, na política.

É quando diversas ações e atitudes são elaboradas, realizadas ou experienciadas no universo humano e que resultam em um ato que pode ser positivo ou negativo, certo ou errado, bom ou ruim. Não podemos medir esse ato, pois os valores humanos são diferentes na sociedade e na cultura, na religião, nas ideologias, nas formas de se fazer política, em diferentes épocas.

Assim sendo, a edificação do conflito enquanto ato educativo se torna nossa capacidade mesma de ação. Acionar a positividade latente em nós por meio da educação que se esboça na Pedagogia. Essa age pelo diálogo e pela consciência crítica em nós também. E é a *conscientiz-ação* da possibilidade de ter em si autonomia, liberdade e alteridade que já a gerou, já a acionou em nós e nos leva a possibilidade dessa manifestação que, então, não é mais possibilidade. É verdade. É hoje. É o agora dentro do conflito que se abre ao mundo das ideias, ao mundo do infinito cosmos em nós, na nossa vida em “com-junto” com outros.

É a dinâmica da vida que continua a girar, a vibrar em nós como verdade de nós mesmos. Ela existe quando nos chega a luz da compreensão sobre esse todo. Somente isso para dividir, no sentido de somar, com todos os outros diferentes do nosso ser no mundo, planeta, igual para todos.

Se ato é assimilado como um substantivo masculino, como aquilo que se faz ou se pode fazer; movimento adaptado a um fim, ação; manifestação da vontade humana: ato de bondade, de caridade; é na ação, entendida como ato, que está o processo de fazer algo, algo que foi feito. É quando a experiência vivida neste ato por indivíduos consiste em assimilar e elaborar, através da consciência, sua formação integral clara, límpida, sem submeter-se a qualquer decisão fora daquilo que assimila em sua compreensão dos fatos estabelecidos e de *outros* que podem ocorrer ao seu redor.

Contudo, a ação, e toda ela é baseada num saber; é a manifestação desse saber ou de uma convicção. Em se tratando de uma ação social, aquilo que é manifestado, tanto pode ser a expressão de um saber comum quanto a imposição dessa expressão de uns sobre os outros (BOUFLEUER, 1996). É neste momento que à educação cabe estabelecer o espaço de compreensão crítica dos indivíduos sobre sua própria ação e o que ela pode resultar aos outros, a sua comunidade, ao espaço comum que vive. Deve proporcionar o entendimento do saber que a própria ação exprime para que a interação da ação social se efetive.

Para este sentido acreditamos que a educação consiste:

De uma prática social que envolve o desenvolvimento dos indivíduos no processo de sua relação ativa com o meio natural e social, mediante a atividade cognoscitiva necessária para tornar mais produtiva, efetiva, criadora, a atividade humana prática (LIBÂNEO, 2002, p. 142).

Ou seja, é o desenvolvimento de uma ação-reflexiva oriunda da práxis educativa e pedagógica que resultará, se o indivíduo estiver aberto a sua mudança interna, no ato educativo. Nesse sentido, ao ato educativo torna-se inerente o seu caráter mediador⁴ em que:

Favorece o desenvolvimento dos indivíduos na dinâmica sociocultural de seu grupo, sendo que o conteúdo dessa mediação

⁴ Não pretendemos levar à discussão em nosso estudo sobre a mediação de conflitos. No entanto, ela aparece no contexto apresentado, pois é intrínseca à fala do autor.

são os saberes e modos de ação, isto é, a cultura que vai se convertendo em patrimônio do ser humano (LIBÂNEO, 2001, p. 8).

É quando o ato educativo vem fortalecer os indivíduos dentro das condições que se encontra o sociocultural e, até, o político-educacional na dinâmica pública de cada sociedade. É como uma união de forças contrárias, e subjetivas, ao domínio que por elas, muitas vezes, é exercido.

Percebe-se, pois:

Toda ação educativa carrega em seu fazer uma carga de intencionalidade que integra e organiza sua práxis, confluindo para a esfera do fazer as características do contexto sociocultural, as necessidades e possibilidades do momento, as concepções teóricas e a consciência das ações cotidianas (FRANCO, 2008, p. 116)

Conseqüentemente, o ato educativo em si se torna um elemento capaz de produzir e reproduzir a práxis humana. Elemento que provoca nos indivíduos um circundar contínuo e descontínuo de reflexões e ideias sobre a realidade e que leva a abertura e propagação destas de maneira a (re)construir o próprio processo educativo que está dialeticamente em movimento e que assinala o ativo social.

Assim, numa época repleta de dúvidas, hesitação e mudanças que estamos vivenciando nesse ativo social, o ato educativo representa, de maneira essencial, um sentido de vida plena, consciente, lúcida nas percepções e dinâmica que a própria vida movimenta na sociedade e por ela é movimentada.

Neste sentido, um processo educacional dialógico pode levar os envolvidos num conflito a possibilidade de ouvir e se colocar no lugar de um outro envolvido nessa situação de modo a considerar ações e posturas, percepções e ideias em bem comum. É quando o ato educativo encontra o espaço para sua permanência e edificação. A esse ponto nos aproximamos de Gadotti (2008) ao dizer que educar é praticar o ato de sujeito, ou seja, é procurar problematizar o mundo ao qual vive de maneira a suplantar seus contrassensos, a fim de, constantemente, recriá-lo; não se trata de obedecer

ou consumir ideias. Para nós, significa o fruto de um conflito positivado, consciente da importância de suas ações e atitudes num dado momento.

Significa desobedecer a ordem estabelecida encontrada no senso comum de que o conflito é sinônimo de agressão ou violência. E essa desobediência, portanto, é resultado de um determinado conflito. Daí a importância de compreender o porquê da desobediência no seu meio pela educação. Desobedecer por desobedecer é revolução sem ideologia, arruaça e desordem de um lugar ou situação. O ato educativo na desobediência guia o conflito instaurado na perspectiva positivada da questão em si em suas próprias perspectivas. A desobediência que falamos está em Gadotti (2006a) e é ele que nos lembra que valorizar [...] *a desobediência, o desrespeito, a divergência, a contradição* significa dizer que:

A vida não é linear, horizontal. Ela é cheia de imprevistos. O que mantém o homem de pé é o equilíbrio de forças opostas. Esse equilíbrio é estático quando um pé age sobre o outro, mas o homem só avança quando toma o risco de desequilibrar-se, impulsionando os pés para a frente, rompendo o equilíbrio (GADOTTI, 2006a, p. 125)

Em situações de conflito, esse desequilíbrio sadio que nos trás Gadotti, leva ao ato educativo do conflito em si mesmo ao que as portas a ele dos envolvidos em um processo conflitivo se abrem. Nesse processo, é a educação que irá impulsioná-lo e a pedagogia orientá-lo.

Isso porque só existe ato educativo quando há aprendizado, pois, enquanto ato de conhecimento, o ato educativo desde que pleno e incluso se torna disposição, compreensão de estados ou fatos e deve ser um componente essencial na formação geral de um educador, de um pedagogo, de um ser humano; uma atitude que propicia trilhar as vertentes da linguagem humana de maneira lúcida, sensata, coerente e crítica, compromisso da educação, tarefa da pedagogia.

Portanto,

Cabe à Pedagogia ser o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana (LIBÂNEO, 2002, p. 30).

Logo, é importante se compreender enquanto um instrumento de superação de um possível não entendimento sobre tais fatos e que no diálogo e na busca pela conscientização irá encontrar subsídios para que uma concepção ampla dos mesmos ocorra, pois é no ato educativo que a ação-reflexão poderá apreender a realidade que se apresenta como fato determinado.

A essa reflexão, podemos assimilar duas características essenciais presentes no ato educativo e que nos é esclarecida por Libâneo. A primeira tange a atividade humana intencional e a segunda a prática social. Quanto à atividade humana intencional, o professor nos aponta para a educação como uma *relação de influências entre pessoas, há sempre uma intervenção voltada para fins desejáveis do processo de formação, conforme opções do educador quanto à concepção de homem e sociedade* (LIBÂNEO, 2001, p. 9). Nela, a intencionalidade educativa está sempre presente nas escolhas, nos valores e compromissos éticos.

Já a prática social se faz em um fenômeno social em que *só pode ser compreendida no quadro do funcionamento geral da sociedade da qual faz parte* (LIBÂNEO, 2001, p. 9), o que significa que essas práticas educativas não acontecem isoladamente *das relações sociais que caracterizam a estrutura econômica e política de uma sociedade, estando subordinadas a interesses sociais, econômicos, políticos e ideológicos de grupos e classes sociais* (id.). Por isso, a consciência crítica dos indivíduos se faz importante no seio social, na intenção de compreensão de si mesmo e sua função na sociedade.

É quando o processo educacional pode favorecer embora limitado, muitas vezes, a transformação do contexto ao qual o indivíduo está inserido numa perspectiva horizontal em que as partes presentes à ocasião do conflito possam elaborar e participar com equidade das questões reais que fazem parte das necessidades que vivem os indivíduos em determinada situação.

Justamente por isso que na conjuntura de o conflito ser um ato educativo nos cabe lembrar, mais uma vez, que é de suma importância que haja autonomia, liberdade e alteridade às partes envolvidas no processo que gera o conflito. Para Gadotti (2006b) a educação faz parte de uma ação contraditória entre unidade e oposição, entre totalidade de ação e reflexão em que:

[...] eliminando a autoridade caímos no espontaneísmo libertário em que não se dá educação; eliminando a liberdade, caímos no autoritarismo, no qual também não existe educação mas domesticação ou puro adestramento, [é quando o ato educativo se realiza – nosso pensamento] nessa tensão entre liberdade e necessidade (GADOTTI, 2006b, p. 79).

Nesse estudo significa que, em situações de conflito, a autonomia e a alteridade se amplia nos indivíduos para expor, fazer valer a compreensão de todos sobre sua postura nesse processo conflitivo.

A postura dos indivíduos em situações de conflito está diretamente ligada à percepção que o *outro* tem daquele que se apresenta. Na medida em que o indivíduo tem suas percepções delineadas em si de maneira clara e objetiva, transmiti-las ao *outro* será também clara e objetiva. Por outro lado, uma fala confusa e sem objetivação faz do indivíduo que busca ser entendido, estar desconectado da situação em si. E isso pode acarretar arbitrariedade, agitação, incompreensão do seu ponto de vista. Nesse caso, o conflito, além de estar na situação conflitiva, está na fala de uma das partes envolvidas. Daí urge a necessidade de o conflito ser um ato educativo e abrir espaço para a edificação, também, da alteridade que educa uns aos outros para compreenderem posturas confusas ou diferentes das suas.

É por isso que não podemos, em nossas percepções, separar o ato educativo da perspectiva de um conflito que educa. Sabemos que não é uma tarefa fácil. Não fomos preparados para entender, compartilhar, dividir o que é nosso ou julgamos ser com um *outro* indivíduo diferente de nós. Aprendemos que é importante ser solidário, sensível às mazelas dos pobres e famintos. Contudo, não nos foi dada a oportunidade de desenvolvermos em nós a capacidade de interpretar o espaço, o direito a comunicação e o diálogo com o *outro*. Nossa

razão não foi direcionada para sabermos lidar com conflitos. Até porque nos foi dito que ele é violência ou agressão. Ou seja, não foi exercida em nós a capacidade de entendermos o conflito e que dispomos de mecanismos, comportamentos que nos permitem lidar de maneira digna com ele. *Nossa formação nos tornou mais hábeis para lidar com o mundo exterior que de nossa própria intimidade, conhecemos mais os objetos que as pessoas do nosso convívio* (SASTRE VILARRASA, 2002, p. 19). Em situações de conflito, nos debruçamos, somente, no objeto em questão. Não nos predispomos, na maioria das vezes, a acolher uma postura diferente daquela que já está delineada em nós.

Muitas vezes, também, não nos damos conta disso. Simplesmente nos colocamos acima do bem ou do mal. Acima da situação. Acima de um *outro*. Acima de determinada questão em voga. Nessa perspectiva, a educação vem amparar essa forma-pensamento. Em suas mais variadas formas ou modalidades, desoculta o oculto no conflito na perspectiva que desenhamos para nosso estudo. Aí se insere o conflito que educa. O conflito que mantém a margem de consciência-ação na situação conflitiva para sua compreensão e assimilação. O resultado é um bem às partes. É o comprometimento com nossa postura de amor para com o outro, para com a vida. Para com o ser humano e não com o objeto de desejo e sua materialidade descrita.

Isso porque conviver, experimentar, nutrir-se com as diferenças é um processo essencial no entendimento dimensional do conflito. E, com certeza, esse é um dos eixos fundamentais para uma educação que se volta aos preceitos da paz. É nela que vamos encontrar forças de liberdade a não nos envolvermos com os padrões competitivos que são imbuídos em nós na dinâmica social que vivemos. São posturas que dificultam a condição de capacidade de ouvir o outro. De, com ele, dialogar e percebermos pontos de vistas diferentes e aceitá-los dentro de uma situação conflituosa que venha a educar ambas as partes. É a oportunidade que o indivíduo tem de rever sua postura, em consequência, conduta de ação. Vem para conduzir as contestações existentes entre os indivíduos envolvidos nesse processo de maneira a fazer valer o

diálogo onde ele não está presente. É uma qualidade de transformação presente no conflito enquanto ato educativo.

Nos aproximamos mais uma vez a Jares no que toca nossas colocações no sentido de que a [...] *a postura a ser adotada ante um conflito não é ignorá-lo ou ocultá-lo, o que a longo prazo promove sua cristalização [...] mas confrontá-lo de forma positiva e não-violenta* (JARES, p. 37). Considerar o conflito enquanto um ato que educa, portanto, é o assimilarmos com um novo paradigma que emerge da situação de conflito em si mesma. É alcançar a cultura da paz a qual nos inspiramos; é buscarmos na coerência subsídios de apreendermos que é no ato educativo que o velado da situação em conflito se desvela, se nutre de compreensão, respeito e, claro, paz.

O papel da educação e, conseqüentemente, da Pedagogia nesse processo é de extrema importância. Assim como em todos os pontos que orientam o ser humano, a educação não pode estar ausente das suas buscas, escolhas e atitudes. Seja formal ou informal, ela gira e está imbuída nele. A ele se desenvolve. Mas é ele, o ser humano, que escolhe se à ela quer se manter ou não. Nesses termos, não vamos nos alongar pelas questões sociais e políticas que envolvem o assunto. Queremos nos deter na importância mesma que o processo educativo nutre para com a vivência, atitudes e predisposições do indivíduo em sociedade. Nisso, a Pedagogia tem o papel de conduzir essa dinâmica e expor aos indivíduos a compreensão acerca dos processos educacionais e de como a educação se delineia nos processos humanos externos ou internos a ele. Em situações de conflito, é uma ótica de relevada importância no sentido de amparar o estado conflituoso em si mesmo.

Ora, se a educação é um *fenômeno dinâmico e presente* [tal qual a vida se apresenta, cabe ao educador buscar – pensamento nosso] *compreender justamente esse fenômeno para compreender melhor o que faz* (GADOTTI, 2006a, p.128) dele e com ele aos indivíduos que com ele, também, buscam essa compreensão. A isso, então, surge o ato educativo que, em situações de conflito, vem educar os indivíduos na perspectiva da *consciência-ação* e da

dialogi-ação em atitudes reflexionadas sobre a questão conflitiva e os desdobramentos, então, positivados desse ato.

Deste ponto de vista, as linhas do presente estudo procuram responder a uma conscientização enredada pela dialogicidade dos indivíduos num espaço conflitivo qualquer em que o abrange enquanto ato educativo. Isso porque o ato educativo é objeto de reflexão de todo aquele que pensa a educação, age com e para ela na concepção do próprio ato de aprender e apreender aquilo que se deseja que os indivíduos alcancem, ou seja, o objetivo principal é promover a educação em suas amplas instâncias e funções. Nisso, a dialogicidade e a conscientização fornecem subsídios para que os mesmos sejam clarificados sobre a situação em voga que se pretende alcançar, não estando, os indivíduos, sob o olhar da heteronomia.

No entanto, por estar vinculado diretamente com a educação, acreditamos que o ato educativo está voltado as conjecturas estabelecidas e instituídas na sociedade em seus ciclos históricos e que são determinados por meio das normas sociais, das aquisições culturais e das novas formas de conhecimento. Daí resulta a importância do diálogo e da conscientização entre indivíduos, em situação de conflito ou não, para que o ato educativo ocorra. Se é por eles que os indivíduos podem adquirir autonomia, em consequência liberdade e alteridade sobre seus próprios atos, atitudes e ações, é nesse todo que aqueles que direcionam o ato educativo e aqueles que por ele são direcionados podem adquirir posturas positivadas na situação conflitiva em voga, ou seja, educar-se.

Da mesma maneira, não podemos dissociá-lo do ato político que está presente na própria educação, pois não existe neutralidade nela. Não é possível desvincular a educação do poder, das ideologias, dos movimentos sociais. Ao ato educativo, portanto, cabe desenvolver a noção do real, as habilidades e competências necessárias à formação do indivíduo sob e sobre sua ação nesta. Para tal, nos aproximamos de Paulo Freire quando propõe como fonte para o alargamento do ato educativo a linguagem dos indivíduos impregnados de experiências vividas em que necessita ser recriado, re-significado.

Significa, então, a busca de uma tomada de consciência acerca de uma situação em conflito específica que pode vir a ser positiva em que a dialogicidade deve, sempre, estar presente na sua configuração mais plena. É o desabrochar de uma nova maneira de assimilar o velado em nós, em situações diversas que, aos diferentes, aos mesmos, aos iguais, pode ser conflitiva e apreensiva como positividade em sua mais profunda capacidade de atuação. É o que nos propomos na seção que segue.

2.4 DIALOGICIDADE E CONSCIENTIZAÇÃO: dimensões como resposta ao conflito enquanto ato educativo

A vida é dual. E nessa dualidade temos, sempre, que escolher um lado ou outro de uma situação. Ficar no meio do caminho não é uma escolha razoável. Ao contrário, existe um “caminho do meio” que são as possibilidades de mudanças que vamos encontrando nessa dualidade à medida que vamos permitindo a conhecer a nós mesmos e nossa capacidade de atuar e viver no mundo.

Nessa interação *eu-mundo* se faz importante a relação que vamos construindo com outros indivíduos e, nela, a comunicação e principalmente o diálogo são pontos estratégicos de criar, elaborar e manter relações interpessoais. Nelas, é importante que seja criado no indivíduo o entendimento sobre o caminhar na vida, no contato com outros indivíduos. Aqui, duas possibilidades são possíveis: ter consciência sobre o todo que o envolve ou deixar que o todo seja conduzido por outros indivíduos ou instituições.

Contudo, nem sempre é possível essa escolha. O indivíduo pode ser “do povo” e não da classe mais favorecida e ter que se submeter aos desejos, aspirações e comando destes. Muitas vezes não nos damos conta disso, outras nos damos, mas não temos força de atuar nesse mesmo mundo criado por poucos. Outras vezes ainda, encontramos alguns poucos indivíduos que nos levam ao entendimento da dinâmica social e das possibilidades novas de mudanças significativas nelas. É quando o processo dialógico e consciente pode começar

a se formar nos indivíduos. É quando, na proposta deste estudo, podemos dizer que o diálogo e a conscientização nos levam ao encontro dos pilares pedagógicos que os embasam ativamente através da autonomia, da liberdade e da alteridade. Isso porque, acreditamos, é no diálogo profícuo, na consciência acionada e crítica que nos damos conta de que somos indivíduos plenos, que pensamos e agimos e que esse pensamento e ação podem ser acionados de maneira autônoma, livre e em perspectivas alteras.

Na maioria das vezes, não nos damos conta disso. Simplesmente vamos vivendo, agindo, pensando. Não medimos nossas capacidades, não acionamos positivamente. Não percebemos nossa inteligência. Não fazemos acionar esse todo no bem para todos. Por isso é importante termos claro sobre o dialógico e a conscientização em nós mesmos, e acioná-las uns com os outros em positividade, comensalidade e amorosidade.

O dialógico diz respeito ao desafio dos indivíduos em permanecer coeso em suas posições diante de uma situação de conflito estabelecida em que a reflexão e a ação transformam o conflito no ato educativo. O diálogo, portanto, *é uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se do amor da humildade, da esperança, da fé, da confiança* (FREIRE, 2001b, p. 115). Para tal, a conscientização é o elemento interior do indivíduo que o leva a pensar e a agir de forma crítica, com criticidade diante da situação em conflito que o rodeia.

Paulo Freire (1980) entende a conscientização enquanto um vocábulo que foi empregado pelos idos de 1964 por uma equipe de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Ao apreender tal vocábulo fez o seguinte comentário:

Ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade (Freire, 1980, p. 25).

Percebemos nesta fala do mestre que a conscientização é a manifestação interna de cada indivíduo e só será apreendida quando for provocada no seu íntimo e verdade. Isso porque:

A tomada de consciência ainda não é a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência [...] implica que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica (...) é através do ato ação-reflexão que o indivíduo poderá vir a construir dentro de si o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (Freire, 1980, p. 26).

É quando o indivíduo ao tomar consciência sobre o todo que o envolve, seja em sua região ou comunidade, sua casa ou seu bairro, sua escola ou seu trabalho, terá uma maior compreensão deste todo para poder nele atuar de forma efetiva como um cidadão que pensa, reflete, debate e discute sobre os problemas que dizem respeito à relação que tem com a consciência-mundo. O resultado está em assumir posturas distintas, claras e maduras diante da situação conflitiva em voga, dando espaço para que a conscientização aconteça, onde:

A consciência é uma potencialidade e como tal, está aberta ao infinito. A finitude humana não permite uma planificação absoluta da consciência do homem de forma tal que ele nada mais tenha a aprender (BENINCÁ, 1994, p. 93).

Nesta perspectiva, o indivíduo pode realizar suas concepções e/ou idéias ao encontrar sentido naquilo que acredita para que o encontro autêntico com o outro se estabeleça. É na dimensão da consciência e do diálogo que o indivíduo chegará com autonomia e liberdade na situação em conflito; se colocará com alteridade em relação a esse outro e chegará ao ato educativo como resultado da questão em voga. É o momento de transcendência do ser humano em sentido articulado com o tempo e o espaço da situação conflitiva, é quando a *homonização opera-se no momento em que a consciência ganha a dimensão da transcendentalidade* (FREIRE, 2005, p. 19), uma vez que tem a

possibilidade de admirar suas ações e atitudes; ver valores novos sendo edificados e outros reformulados.

É uma questão de o indivíduo admirar o próprio mundo que o cerca e, como nos diz Freire.

Em estar não apenas nele, mas com ele; consiste em estar aberto ao mundo, captá-lo e compreendê-lo; é atuar de acordo com suas finalidades a fim de transformá-lo. Não é simplesmente responder a estímulos, porém algo mais: é responder a desafios. As respostas do homem aos desafios do mundo, através das quais vai modificando esse mundo, impregnando-o com o seu espírito, mais do que um puro fazer, são atos que contêm inseparavelmente ação e reflexão. (FREIRE, 1974, p. 7-21).

É essa ação e reflexão que responde positivamente ao ato educativo. Sem elas o ato não acontece. E é preciso estar na direção de um caminho que esteja além do indivíduo, com vistas a alcançar e legitimar o conflito enquanto ato que eduque uns aos outros. Tal experiência leva o indivíduo a desvelar o sentido ético e moral presentes em si, pois ao reconhecer um *outro* indivíduo que existe e tem concepções e/ou ideias diferentes de si o leva a valorar esse outro e não mais a tê-lo como um objeto de perigo, negativo, mas, sim, em positividade e que amplie sua visão-mundo.

Podemos dizer que o *outro* instiga o homem. O torna sensível, o leva a tomar atitudes, imposições, ousadias, decisões que pode levá-lo, também, a abrir mão do seu individualismo e, ao mesmo tempo, não se afastar da coerência entre discurso e prática resultante da interação dialética entre reflexão/ação e que possibilita e faz crescer o compromisso que temos com a transformação, bem como com a consciência, oposta à alienação, que adquirimos diante do complexo mundo que vivemos com suas desigualdades e injustiças (CRUZ, 1993, p. 5-6).

Diante desta questão, e com ela, cabe a visão de que *ter* consciência, significa o ser humano se colocar no mundo a um caminho para fora dela e que, ao mesmo tempo, a circunda e a apreende de ideais. Portanto, o homem não

pode fugir de sua capacidade de consciência. Não pode recusar essa proposta interna de ver o mundo tal como ele se apresenta, pois o *mundo da consciência não é criação, mas, sim, elaboração humana* (FREIRE, 2005, p. 17). Elaboração que cria e recria os estados da própria consciência.

É quando a conscientização se abre aos olhos dos homens, pois:

É o processo no qual as pessoas atingem uma profunda compreensão, tanto da realidade sociocultural que conforma suas vidas, quanto de sua capacidade para transformá-la. Ela envolve entendimento praxiológico, isto é, a compreensão da relação dialética entre a ação e a reflexão (GADOTTI, 1996, p. 169).

Contudo, chegar ao estado de conscientização não é simples. E é Paulo Freire que reconhece três níveis de consciência: **(1)** consciência semi-intransitiva; **(2)** consciência transitivo-ingênua e; **(3)** consciência crítica. E, de acordo com Jorge (1981) tal distinção vai ao encontro histórico que apresenta a conscientização no pensamento freiriano já que, estes níveis, são baseados em marcos históricos socioculturais da América Latina⁵.

Muitas são as análises e discussões feitas acerca do pensamento de Paulo Freire. No entanto, Simões nos trás uma análise muito interessante sobre os níveis de consciência em Freire. Para o autor, a *consciência semi-intransitiva* está associada às sociedades fechadas, ou seja, em sociedades que apresentam carência de mercado interno, altas taxas de analfabetismo e enfermidades, altos índices de mortalidade infantil, excessiva criminalidade etc. Ou seja, é uma sociedade dominada pelo mercado externo e limitada a uma natureza ausente de desafios, transformações, problematizações, realizações. Nesta, o homem não se sente responsável por nada, não se sente capaz de

⁵ Paulo Freire percebe três tipos de marcos históricos socioculturais: **sociedades fechadas**, **sociedades em processo de transição** e **sociedades abertas**. As sociedades fechadas tem uma consciência semi-intransitiva; as sociedades em processo de transição apresentam consciência ingênua transitiva; a sociedade aberta está em uma consciência transitiva. Estabelecendo tais níveis de consciência, Paulo Freire não os coloca dentro da realidade concreta, da sua experiência nela mesma tão pouco da sua vivencia com ela. Percebemos, então, que a doutrina freiriana resulta de uma experiência particular, vivida, em profundidade, em seu contexto histórico e não fruto de um nada, de influências quaisquer (JORGE, 1981). Mais detalhes sobre tal visão ver as obras do próprio autor, Paulo Freire: **Educação e Mudança** e **Educação como prática da liberdade**.

um compromisso com sua existência. Sente-se desresponsabilizado da realidade que o cerca (JORGE, 1981, p. 47-49).

Já a *consciência transitivo-ingênuo*, está associada às sociedades que estão em processo de transição e que começam a produzir consciência no campo de suas relações intrapessoais. Aqui, o homem começa a captar a realidade e a conhecê-la bem mais amplamente e dialogada, sentindo desafios que antes não sabia que existiam. Apresenta um grande teor emocional o que, muitas vezes, não permite uma visão objetiva de certas situações o que provoca certa racionalização em cima de fatos e acontecimentos, admirando explicações mágicas deixando-se levar pelos gestos e pelos palavreados (JORGE, 1981, p. 50-52).

O autor nos diz que a sociedade aberta está diretamente ligada à consciência crítica, que é a mola propulsora do pensamento de Paulo Freire. É também chamada de transitivo-crítica e é uma consciência “inquieta” que age pelas “causalidades autênticas” sem procurar por explicações mágicas ou muitas palavras. Verifica e enfrenta os fatos, além de procurar a razão dos fatos. Tem responsabilidade social e política; interpreta de forma profunda os problemas; acredita nos princípios primeiros dos acontecimentos e está sempre disposta às revisões e análises de problemas; é dinâmica e responsável levando a assegurar argumentação e diálogo racional. Em suma, faz com que o homem tome consciência crítica da realidade pela sua inserção e integração no mundo, assumindo compromissos com a realidade na qual está inserido e integrado para transformá-la (JORGE, 1981, p. 52-53). Isso porque se integra à realidade, além de apresentar causalidade autêntica submetida, sempre, à sua análise, pois aquilo que hoje é autêntico, amanhã pode não ser (FREIRE, 2005, 1980).

Para a *consciência crítica*, Simões coloca que é a fundamentação do processo libertador, ponto chave do pensamento freiriano. Isso porque é resultante das relações dialéticas homem-mundo, da sua inserção e integração deste mesmo

mundo e da superação de meros fatos. Segundo o autor, para Paulo Freire ela é o ápice do processo de conscientização porque os homens se descobrirão autenticamente, com todo o significado profundo que essa descoberta acarreta e que pode descobrir-se com outras pessoas: é a relação consciência-mundo formada. (JORGE, 1981, p. 54).

Diante desta análise realizada em Jorge, percebemos que a conscientização no pensamento de Paulo Freire é uma sucessão de estados onde, conscientizar, é uma forma de provocar no indivíduo o movimento interno da própria consciência enquanto reflexões políticas, sociais, culturais, educacionais ou ambientais que podem surgir em diferentes situações. Tal movimento nos lembra que:

O processo de conscientização não é atribuir à consciência um papel de criação, mas, ao contrário de reconhecer o mundo “dado”, estático, como um mundo “dado”, dinâmico [...] a conscientização implica a clarificação, que jamais tem fim, do que está “oculto” nos homens que agem no mundo sem reflexão crítica. Se os homens não abordam o mundo de modo crítico, a sua aproximação é ingênua (...) a conscientização constitui um instrumento importante para uma ação transformante do homem sobre a realidade, que por enquanto começa pouco a pouco a ser descoberta, a ser trazida à luz nas dimensões ocultas (Freire, 1974, p. 41-59).

Assim sendo, em situações de conflito em que a possibilidade de o ver enquanto algo bom e edificante geralmente não acontece, a tomada de consciência se torna forma de sensibilização, instrumento de avaliação, recurso democrático e habilidade cognitiva. Isso porque o indivíduo que se “conscientiza” abre o velado de si. Torna-se livre da forma-pensamento de outros indivíduos e passa a manter uma relação livre, lúcida consigo e com o mundo.

Em consequência, se as situações de caráter social, cultural, político, ambiental, educacional ou outra são conflitivas, o indivíduo poderá avaliar, em si, tais situações a fim de perceber o modo pelo qual exerce seu poder de compreensão e assimilação desta mesma situação. Neste sentido, o

democrático se tornará verdadeiro, profundo e a apreensão cognitiva dos fatos se torna clara e objetiva para todos os envolvidos no processo conflitivo.

O processo se torna, então, libertador em que a conscientização caminha para a dialogicidade. Em consequência, a ação-reflexão se encontra na perspectiva da assimilação daquilo que é real do que não é. Ou seja, chegado é o nível de consciência crítica, participativa e reflexiva que o mestre apregoou com tanta veemência para com seus educadores e educandos, seus críticos e admiradores.

Para ocorrer esse processo, no entanto, é preciso um modelo pedagógico que abra espaço a esse processo. Seja crítico, verdadeiro, objetivo, claro e que ouça, respeite e valide a posição, o olhar de todos os envolvidos em um estado de conflito uma vez que *o diálogo é uma relação horizontal que nutre-se de amor, humildade, esperança, fé e confiança [...] é uma exigência existencial que possibilita a comunicação e permite ultrapassar o imediatamente vivido* (Gadotti, 1997, p. 445-46). Em que deve fazer parte de um processo participativo, sadio para as definições quanto às questões que envolvem tal estado sendo elas bem definidas, dialogadas, aprovadas e assimiladas por todos os envolvidos nesse processo.

Nesse contexto, chegamos a dialogização, a outra dimensão que leva o conflito a se ambientar na concepção educativa e positiva. Enquanto princípio educativo move toda atividade que se volta ao próprio processo educativo resultando em prática educativa em que a capacidade daquele que houve se transforma em acolhimento àquele que se pronuncia. O diálogo, então, *pressupõe o pronunciamento dos dialogantes. Este só é provocado pelo confronto das partes e se instaura quando estas se pronunciam* (BENINCÁ, 1994, p. 93). E, para o conflito enquanto ato educativo:

É necessário que as partes tenham condições de se pronunciar, ou seja, que tenham algo interior para defender ou revelar. O diálogo é um processo dialético entre consciências que se anunciam e

pronunciam. O pronunciamento revela a intimidade do ser e expõe os dialogantes um frente ao outro (id).

Em se tratando do conflito que educa, que constrói o bem comum aos envolvidos nele a pronúncia e a fala se torna força. Mas não força do embate negativo, destrutivo. Força de um embate que conversa, que usa a sua palavra, que ouve, que cria uma atmosfera de aceitação de uma *outra* voz diferente daquela que fala. Aí se encontra a dialética do diálogo em que a exposição dos dialogantes se percebe e se encontra em distintas oposições aprendentes, falantes.

Isso porque, em Paulo Freire, encontramos força no uso da palavra. Para ele, a palavra adentra o diálogo através da ação e reflexão. No entanto, a palavra deve ser verdadeira e transformar o mundo; no caso de não ser autêntica não há possibilidade de transformar a realidade e o resultado é a alienação, uma palavra vazia, onde não há denúncia, não há compromisso com a transformação desse mundo, com a ação e a reflexão. Para Freire,

A palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para *pronunciá-lo*, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu (FREIRE, 2005, p. 90-91).

Aí esta a grande dicotomia entre aqueles que desejam pronunciar a verdade do mundo e aqueles que não a desejam; entre aqueles que a negam e aqueles que a querem ao lado. Para o conflito ser educativo, é preciso que a palavra ocupe o espaço de um diálogo profícuo, em que possam usar da reflexão e da ação caminho de transformação e humanização. *Por isto, o diálogo é uma exigência existencial* (FREIRE, 2005, p. 90-91). Essencial à transformação, realmente, Humana.

Para Freire, diálogo é confiança, esperança, encontro, verdade, humildade. Para o presente estudo, e junto à conscientização, o diálogo é a dimensão

essencial que leva aos estados de autonomia, liberdade e alteridade; posturas necessárias aos indivíduos para que o conflito enquanto ato educativo ocorra a fim de ser o resultado da relação horizontal estabelecida entre os envolvidos no processo conflitivo em si.

O diálogo oferece a nós, aos nossos, aos semelhantes, aos outros a possibilidade de uma nova possibilidade na comunicação e nos relacionamentos interpessoais que resulta em harmonia e entrosamento, onde a capacidade do diálogo livre, criativo e com respeito se edifica para a proposta do conflito enquanto ato educativo.

Notadamente, há no diálogo uma via de mão dupla onde um indivíduo fala, faz uso da palavra e um *outro* indivíduo ouve. No entanto, muitas vezes, o *outro* não ouve a palavra proferida, não a compreende ou apreende. Neste momento, o conflito pode surgir e, ao invés de apresentar positividade e abertura ao entendimento e assimilação de uma situação que pode gerar crescimento, ele passa a ser entendido como negativo, passível de agressão ou violência. Neste ponto, é que queremos mostrar, mais uma vez, que o **conflito ele é construtivo de bem comum e pode levar os indivíduos a percepção de um *outro* que tem suas perspectivas que podem ser diferentes da sua e aceitá-las com respeito.**

Freire (2005, p. 141) reconhece em Jaspers que é no diálogo que existe *uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade* onde é, portanto, um caminho indispensável

[...] não somente nas questões vitais para nossa ordenação política, mas em todos os sentidos do nosso ser. Somente pela virtude da crença, contudo, tem o diálogo estímulo e significação: pela crença no homem e nas suas possibilidades, pela crença de que somente chego a ser eu mesmo quando os demais também cheguem a ser eles mesmos (id).

O diálogo, portanto, é:

Um processo vai e vem, com a emergência contínua de novos conteúdos que são comuns a ambos os participantes. Desse modo, num diálogo cada pessoa não tenta *tornar comuns* certas idéias ou fragmentos de informação por ela já sabidos. Em vez disso, pode-se dizer que os interlocutores estão fazendo algo *em comum*, isto é, criando juntos alguma coisa nova (BOHM, 2005, p. 29).

Neste sentido, na relação estabelecida dentro do diálogo não pode ter um vencedor. Não pode haver modos individuais de ver a situação. Pode haver diferenças no processo dialógico e que sejam respeitadas e que respeitem as outras. No diálogo, a participação, o envolvimento, o ouvir a fala de um *outro* indivíduo proporciona uma relação entre indivíduos e não contra indivíduos⁶.

Conduzir todo e qualquer indivíduo ao seu desenvolvimento global, crítico e expansivo em consciência não-alienante e com dialogicidade e criticidade significa levá-lo ao entendimento sobre a relação-mundo que o circunda; a verdade sobre essa relação e esse mundo; a habilidade de saber viver e conviver com os desafios que nela é estabelecido e, acima de tudo, aceitar a si mesmo dentro de suas limitações com a certeza de que pode ampliá-las e Ver esse mundo com consciência crítica e atitudes dialógicas profícuas.

Diante do todo analisado, podemos dizer que, enquanto ato educativo, o conflito que educa pode desvelar o velado nas relações conflituosas. Não deixando de nos esquecer que esse desvelar vai além das paredes da escola. Sendo ele um ato educativo, ele pode se estender, e deve, por outros campos do entendimento humano. A escola é apenas um ponto de força deste. Outros espaços para que ele se desdobre de forma positiva podem e devem ser gerados no campo social a fim de se estabelecer o entendimento e a paz em outras formas de educação, em outros seios de possibilidades do próprio processo educativo formal ou não.

⁶ A esse ponto, podemos nos aproximar aos estudos de Martin Buber sobre Eu-Tu. Para Buber, a palavra dialógica Eu-Tu tem força e é nela que há realização do ser humano na comunidade e na relação intersubjetiva do indivíduo com o outro que por essa força é efetivada. Mais detalhes ver **Martín Buber**: cumplicidade e diálogo de Newton Aquiles von Zuben; e **Eu e Tu**, de Martín Buber.

Para tal, a Pedagogia, enquanto ciência da educação, pode estar voltada a um processo pedagógico que considere as dimensões do diálogo e da conscientização como norte dos seus trabalhos junto aos seus educadores e educandos que lutam pela autonomia, pela liberdade e pela alteridade do conhecimento da ciência e da vida.

Diante do exposto e para que se possa apreender a concepção de conflito enquanto ato educativo através das linhas que o estudo promove até o presente momento, podemos dizer que o ponto chave de percebermos a positividade em situações de conflito, é a busca por uma educação que se firme na apreensão e compreensão dos indivíduos acerca do social, do político, do cultural, do ambiental, da própria educação para, assim, se desenvolver num discurso contra-ideológico. Significa, nas palavras de Severino citado por Aranha (2006, p. 88),

Desnudar, explicitando-o, o vínculo que relaciona as várias formas de discurso às condições sociais que o engendram e tornando manifestas as causas reais, denunciando as explicações que apelam para causas que são apenas na aparência.

Isso porque a educação, em uma linha horizontal, se associa aos processos comunicacionais e de múltiplas influências em que a sociedade e seus membros *assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores, etc* (LIBÂNEO, 2002, p. 32). E que permite ou inibi os indivíduos a apropriar-se da cultura, da política, do entendimento do todo que o circunda, ou seja, ser participativo do ambiente que vive, ou quem sabe, de uma situação de conflito.

Para que isso ocorra na perspectiva desse estudo, é preciso que o conflito enquanto ato educativo esteja amparado na conscientização e na dialogização assim como nos três pilares pedagógicos indicados⁷: a autonomia, a liberdade e a alteridade. Por ventura, os envolvidos em uma situação de conflito não

⁷ Os pilares pedagógicos ora apresentados serão analisados no Cap III deste estudo, que versa sobre a Pedagogia do Conflito.

estabeleça uma relação com estes pilares, não existirá uma ação que leve ao encontro entre os antagônicos, tão pouco uma práxis dialógica. Haverá, somente, o conflito em si sem a possibilidade de entendimento e harmonia entre os indivíduos. No entanto, caso a relação aconteça, o resultado está no processo dialógico e consciente que o indivíduo poderá travar em sua vida dentro de suas ações e atitudes no próprio processo conflitivo em voga.

Portanto, entender o conflito neste sentido significa propiciar às pessoas o entendimento de que diante de oposições, de fracassos, de disputas ou na superação de situações difíceis enfrentamos um conflito que pode nos levar à aprendizagem individual e coletiva, uma aprendizagem processual que, às vezes, pode nos dar a sensação de desconforto e que, no final, provoca um juízo de valor antes não assimilado.

Pode-se dizer, então, que educar a partir de um conflito constitui-se em um dado novo para o processo educacional, pois *educar-se é colocar-se em questão, reafirmar-se constantemente em relação ao humano, em vista do mais humano para o homem* (GADOTTI, 2005, p. 89) na transformação de si mesmo para o mundo que o cerca e que é permeado de cultura da qual, consciente ou inconscientemente, faz parte.

Assim, diante de situações conflituosas, o sujeito pode vir a debater, a refutar e a explicar o que pensa e, acima de tudo, a ouvir o que é proposto na ocasião, ou seja, *propiciar a disposição a participar lealmente em colóquios razoáveis e a buscar em comum uma verdade que não tenha dono e que procure não fazer escravos* (SAVATER, 2005, p. 134). Isso significa que é através do ato educativo que se pode levar os indivíduos a pensar por si, por suas consciências que devem, por sua vez, serem críticas, não alienantes diante do todo que os circundam.

E é no conflito enquanto ato educativo que a educação pode:

Ensinar a trair racionalmente, em nome de nossa única e verdadeira pertença essencial, a humana, o que haja de excludente, fechado e

maníaco em nossas afiliações acidentais, por mais confortáveis que essas sejam para os espíritos acomodados, que não querem mudar de rotinas ou arrumar conflitos (SAVATER, 2005, p. 159).

Negar o conflito significa abrir mão da individualidade e mais, da subjetividade do *ser*; é permitir que uma minoria tome decisões dando espaço a uma despolitização do contexto conflitivo. Para Jares,

Torna-se necessário desenvolver uma visão alternativa fundada em valores públicos, democráticos e coletivos, que coloque a existência do conflito como elemento consubstancial e importunável de todo e qualquer processo educativo, necessário à vida em geral (JARES, 2002a, p. 67).

Conseqüentemente, o conflito enquanto ato educativo permite ao indivíduo uma possibilidade de mudança interna e externa, onde, durante o processo conflitivo pode analisar e refletir sobre sua ação; pode atentar mais a responsabilidades como fio condutor de suas ações; pode participar de forma efetiva no processo, dando ideias que possam abranger a todos; pode aprender a manter o equilíbrio, a buscar mudanças através da inovação de atitudes com relação aos outros. É quando o dialógico e a conscientização elevam sua percepção autônoma e liberta no entrosamento com a democracia, que pode resultar num melhor desenvolvimento profissional e humano e numa maior sensibilidade à problemática social do meio em que vive com vistas a alteridade.